

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02, DE 2010
Mensagem nº3/2010, do Sr. Governador do Estado
São Paulo, 2 de fevereiro de 2010

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei complementar que altera as leis que especifica, e dá providências correlatas.

Trata-se de aperfeiçoar aspectos pontuais do regime jurídico dos servidores públicos civis e militares, mediante alteração de dispositivos da Lei complementar nº 700, de 15 de dezembro de 1992, da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, recepcionada pela vigente ordem constitucional com “status” de lei complementar (Constituição Estadual, artigo 23, parágrafo único, item 10), e das Leis complementares nº 180, de 12 de outubro de 1978, nº 207, de 5 de janeiro de 1979, nº 1.013, de 6 de julho de 2007, nº 1.034, de 4 de janeiro de 2008, nº 1.059, de 18 de setembro de 2008, e nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008.

A medida, decorrente de estudos realizados no âmbito da Secretaria de Gestão Pública, encontra-se plenamente justificada em manifestação que me foi encaminhada pelo Titular da Pasta, texto que faço anexar, por cópia, à presente Mensagem, para conhecimento dessa ilustre Casa Legislativa.

Enunciados, assim, em linhas gerais, os motivos que embasam a iniciativa, submeto o assunto a essa Casa de Leis.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração.

José Serra
GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Barros Munhoz, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

PROCESSO: SGP-12569/2009

INTERESSADO: UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS

ASSUNTO: Reestruturação da Lei Complementar nº 712/93

Excelentíssimo Senhor Governador,

Tenho a honra de cumprimentá-lo e, na oportunidade, submeter à alta deliberação de Vossa Excelência nova minuta de anteprojeto de lei complementar visando alterações de dispositivos da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008, que instituiu o Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários para os servidores pertencentes às classes da área meio das Secretarias de Estado, da Procuradoria Geral do Estado e Autarquias, das Leis nº 10.261, de 12 de outubro de 1968, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, e nº 180, de 12 de outubro de 1978, e das Leis Complementares nº 700, de 15 de dezembro de 1992, nº 954, de 31 de dezembro de 2003, e nº 207, de 05 de janeiro de 1979, alteradas pela Lei Complementar nº 1.012, de 05 de julho de 2007, bem como das Leis Complementares nº 1.013, de 06 de julho de 2007, nº 1.034, de 4 de janeiro de 2008, e nº 1.059, de 18 de setembro de 2008.

Concernente à Lei Complementar nº. 1.080/2008, a medida visa aprimorar alguns dispositivos, principalmente no que se refere à:

1. possibilidade dos servidores, no ano de 2009, concorrerem ao processo de progressão funcional, desde que contem com tempo de serviço superior a 3 (três) anos e obtenham resultado positivo no processo de avaliação de desempenho;
2. alteração das regras de estágio probatório de forma a possibilitar o afastamento de servidores, durante este período, para o exercício de cargo em comissão ou função em confiança em órgão ou entidade diferente daquele em que estiver lotado, tendo em vista a realidade da administração pública paulista;
3. alteração da redação do artigo 19, visando ao seu aprimoramento, evitando interpretações equivocadas, ou seja, o direito a percepção da gratificação “pro labore”, somente para cargos/funções abrangidos pelo sistema retributivo da Lei Complementar nº. 1.080/08.

Com relação à Lei nº 10.261, de 12 de outubro de 1968, como é de conhecimento da Vossa Excelência, com a edição do Decreto

nº. 52.724, de 15 de fevereiro de 2008, foi transferida a vinculação do Departamento de Perícias Médicas – DPME e da Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde – CAAS, ambos da Secretaria da Saúde, para esta Pasta. No decorrer dos anos de 2008 e 2009 vários estudos foram desenvolvidos, que em síntese visaram:

1. analisar a legislação vigente com vistas à edição de novos regulamentos e procedimentos das perícias médicas no âmbito do Estado;
2. reorganizar o Departamento de Perícias Médicas do Estado - DPME e a Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde, para adequação aos novos procedimentos;
3. dimensionar a força de trabalho das unidades transferidas, sob conceitos e padrões fixados pela Secretaria de Gestão Pública.

No âmbito da legislação, constatou-se, apesar de complexa, especialmente na questão recursal, sua desatualização, consideradas as diversas alterações ocorridas ao longo do tempo. Os procedimentos, em decorrência, são complexos, burocráticos e morosos, com excesso de instâncias decisórias. Inexistem controles e protocolos médicos definidos.

Com relação ao quadro de pessoal, dentre os diversos problemas verificados, detectou-se a inadequação do quadro existente a suportar uma alteração na estrutura organizacional, especialmente na implementação de unidades perícias no interior.

No campo da tecnologia, as atividades encontravam-se informatizadas, contudo o sistema utilizado retrata os procedimentos adotados, o que o torna lento e de difícil manuseio. Referido sistema é de acesso restrito à Capital, com ausência de consistências mínimas, cadastro próprio e desatualizado, em descompasso com a administração.

Dentro desse contexto, foram efetivadas algumas ações durante o período assinalado, 2008/2009, considerados os recursos disponíveis, com medidas de gestão, para a melhoria na qualidade dos serviços prestados, quais sejam: nomeação de novos servidores de apoio técnico e administrativo, elevação da média diária de perícias verificadas na Capital (de 380 para 800); redução do prazo de espera para realização da perícia, de 45 para 15 dias; reorganização do arquivo médico (1.200.000 prontuários); revisão do sistema, de forma a torná-lo mais ágil, eficiente e de acesso via Web.

Sanados os problemas considerados emergenciais e passíveis de serem modificados, necessário se faz a concretização de outras medidas, com vistas à modernização dos órgãos transferidos, na busca da eficiência e eficácia das perícias médicas no âmbito do Estado.

Atualmente, tanto a Administração quanto o servidor são prejudicados pelo atual modelo. Nos anos de 2008 e 2009 foram concedidos 11.864.218 dias de licença saúde, somente no âmbito da administração direta, que representa uma média mensal de 494.342 dias de afastamentos, envolvendo 22.032 servidores. O custo do absentismo nesse período foi em torno de R\$ 727.697.985,00 (valor apurado pela média salarial

dia do servidor). O percentual do absenteísmo ficou por volta de 3,78%, índice esse considerado muito acima do limite verificado no mercado de trabalho.

Assim, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados e a modernização das perícias no âmbito do Estado, bem como a agilização das mesmas e redução de tempos, entende-se imprescindível à alteração da organização do Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME e da Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde – CAAS, assim como dos procedimentos que envolvem as perícias médicas. Essa matéria será trazida à apreciação de Vossa Excelência assim que aprovado e encaminhado o anteprojeto de que trata o presente, haja vista a necessidade de alteração de alguns dispositivos, de forma a permitir modificações dos atuais procedimentos referentes às perícias médicas.

As medidas propostas, neste âmbito, objetivam, em síntese:

1. a alteração de dispositivos da Lei nº. 10.261, de 12 de outubro de 1968, que tratam especificamente de ingresso e licenças por motivo de saúde e envolvem perícias médicas, adequando-os a realidade atual, haja vista as alterações ocorridas no tempo, e visando a alteração de procedimentos na busca da agilização das referidas perícias;
2. Revogação de dispositivos da Lei 10.261/68, que já não mais são compatíveis mediante a revisão proposta, assim como da revogação da LC nº. 157, de 13 de julho de 1977, haja vista o tratamento dado após a EC nº 20/98 para cargos de provimento em comissão, temporários ou empregos públicos, vinculando-os ao regime geral de previdência social;
3. alteração do artigo 202 da Lei Complementar nº. 180, de 12/10/78, de forma a possibilitar que o Poder Público fique autorizado a credenciar profissionais para as atividades médicas, nos termos da Lei, na forma e limites a serem estabelecidos em decreto. Tal medida permitirá ao Estado manter peritos em todos os municípios, através de credenciamento, quando for detectada a impossibilidade de se manter convênios com instituições médicas.

Merece destaque, também, a solicitação da Secretaria da Fazenda, que apresentou as justificativas devidas para alteração de dispositivos das seguintes leis:

1. Lei Complementar nº 700, de 15 de dezembro de 1992:
Alteração do artigo 6º da LC nº 700/92 no tocante as exigências para provimento dos cargos de Controlador de Pagamento de Pessoal I a IV, assim como de Controlador de Pagamento de Pessoal Chefe, visando dar tratamento uniforme às exigências de provimento e alteração da denominação desses cargos para Assistente de Administração e Controle do Erário I a IV e Assistente de Administração e Controle do Erário Chefe, de forma a adequá-los ao texto constitucional. Alteração da denominação do cargo de Técnico de Apoio a Arrecadação Tributária para Técnico da Fazenda Estadual – TEFTE e de suas atribuições, visando ao melhor aproveitamento desses profissionais na Pasta.

2. Lei Complementar nº 954, de 31 de dezembro de 2003:

Previsão da classificação dos recursos arrecadados nos termos do artigo 1º da referida lei complementar, relativos aos ex-servidores e pensionistas que percebem complementações de aposentadoria e pensão.

3. Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, Lei Complementar nº 207, de 05 de janeiro de 1979, alteradas pela Lei Complementar nº 1.012, de 05 de julho de 2007, e Lei Complementar nº 1.013, de 6 de julho de 2007:

As Leis Complementares nºs 1.012 e 1.013/2007 estabeleceram novas regras para concessão do auxílio-funeral, alterando significativamente critérios e análises necessárias para processamento do pagamento, destinado ao cônjuge, companheiro, filhos de qualquer condição ou pais. Em decorrência, muitas são as dificuldades e transtornos, de ordem prática na execução, em razão dos critérios estabelecidos. Assim propõem-se nova redação aos respectivos dispositivos das normas mencionadas, de forma a facilitar e agilizar os procedimentos burocráticos.

4. Lei Complementar nº. 1.034, de 4 de janeiro de 2008:

Alteração do artigo 8º, que trata do ingresso nas carreiras de Especialista em Políticas Públicas e de Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas, no sentido de que as etapas que constituem o concurso público sejam eliminatórias (1ª e 3ª etapas) e classificatória (2ª), dada a natureza das mesmas; do artigo 11, que trata dos afastamentos possíveis durante o período de estágio probatório; e do §2º do artigo 17, que dispõe sobre o contingente de servidores que poderão ser beneficiados com a promoção;

5. Lei Complementar nº 1.059, de 18 de setembro de 2008, que dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração da classe de Agente Fiscal de Rendas:

Objetiva rever os valores devidos de pensão quando do falecimento do servidor e nos aspectos de atribuição de “pro labore” e interrupção de interstício para fins de promoção na carreira.

Pronunciando-me de acordo e considerando a relevância da medida, submeto à deliberação de Vossa Excelência, para o devido encaminhamento à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

SGP-GS, em 29 de setembro de 2009.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
Secretário de Estado

Lei Complementar nº , de de de 2010

Altera as leis que especifica, e dá providências correlatas.

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1º - Os dispositivos adiante relacionados passam a vigorar com a redação que segue:

I - os incisos VI, VII e VIII do artigo 6º da Lei Complementar nº 700, de 15 de dezembro de 1992:

“Artigo 6º -

VI - para os de Assistente de Administração e

Controle do Erário I:

a) certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente; e

b) comprovada experiência profissional na área de atuação de, no mínimo, 1 (um) ano;

VII - para os de Assistente de Administração e Controle do Erário II, III e IV:

a) certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente; e

b) comprovada experiência profissional na área de atuação de, no mínimo, 2 (dois), 3 (três) e 4 (quatro) anos, respectivamente;

VIII - Técnico da Fazenda Estadual: certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente.” (NR);

II - da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968:

a) o inciso VI do artigo 47:

“Artigo 47 -

.....
.....
VI - gozar de boa saúde, comprovada em inspeção realizada por órgão médico oficial do Estado, para provimento de cargo efetivo, ou mediante apresentação de Atestado de Saúde Ocupacional, expedido por médico registrado no Conselho Regional correspondente, para provimento de cargo em comissão;” (NR);

b) o artigo 53:

“Artigo 53 - A contagem do prazo a que se refere o artigo anterior poderá ser suspensa nas seguintes hipóteses:

I - por até 120 (cento e vinte) dias, a critério do órgão médico oficial, a partir da data de apresentação do candidato junto ao referido órgão para perícia de sanidade e capacidade física, para fins de ingresso, sempre que a inspeção médica exigir essa providência;

II - por 30 (trinta) dias, mediante a interposição de recurso pelo candidato contra a decisão do órgão médico oficial.

§ 1º - O prazo a que se refere o inciso I deste artigo recomençará a correr sempre que o candidato, sem motivo justificado, deixe de submeter-se aos exames médicos julgados necessários.

§ 2º - A interposição de recurso a que se refere o inciso II deste artigo dar-se-á no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data de decisão do órgão médico oficial.” (NR);

c) o artigo 55:

“Artigo 55 - O funcionário efetivo, nomeado para cargo em comissão, fica dispensado, no ato da posse, da apresentação do atestado de que trata o inciso VI do artigo 47 desta lei.” (NR);

d) o artigo 168, com redação dada pelo artigo 6º da Lei Complementar nº 1.012, de 5 de julho de 2007:

“Artigo 168 - Ao cônjuge, ao companheiro ou companheira ou, na falta destes, à pessoa que provar ter feito despesas em virtude do falecimento de funcionário ativo ou inativo será concedido auxílio-funeral, a título de benefício assistencial, de valor correspondente a 1 (um) mês da respectiva remuneração.

§ 1º - O pagamento será efetuado pelo órgão competente, mediante apresentação de atestado de óbito pelas pessoas indicadas no “caput” deste artigo, ou procurador legalmente habilitado, feita a prova de identidade.

§ 2º - No caso de integrante da carreira de Agente de Segurança Penitenciária ou da classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, se ficar comprovado, por meio de competente apuração, que o óbito decorreu de lesões recebidas no exercício de suas funções, o benefício será acrescido do valor correspondente a mais 1 (um) mês da respectiva remuneração, cujo pagamento será efetivado mediante apresentação de alvará judicial.

§ 3º - O pagamento do benefício previsto neste artigo, caso as despesas tenham sido custeadas por terceiros, em virtude da contratação de planos funerários, somente será efetivado mediante apresentação de alvará judicial. (NR);

e) o artigo 181:

“Artigo 181 - O funcionário efetivo poderá ser licenciado:

I - para tratamento de saúde;

II - quando acidentado no exercício de suas atribuições ou acometido por doença profissional;

III - no caso previsto no artigo 198;

IV - por motivo de doença em pessoa de sua família;

V - para cumprir obrigações concernentes ao serviço militar;

VI - para tratar de interesses particulares;

VII - no caso previsto no artigo 205;

VIII - compulsoriamente, como medida profilática; e

IX - como prêmio de assiduidade.

§ 1º - Ao funcionário ocupante exclusivamente de cargo em comissão serão concedidas as licenças previstas neste artigo, salvo as referidas nos incisos IV, VI e VII.

§ 2º - As licenças previstas nos incisos I a III serão concedidas ao funcionário de que trata o § 1º deste artigo mediante regras estabelecidas pelo regime geral de previdência social.” (NR);

f) o artigo 182:

“Artigo 182 - As licenças dependentes de inspeção médica serão concedidas pelo prazo indicado pelos órgãos oficiais competentes.” (NR);

g) o artigo 183:

“Artigo 183 - Finda a licença, o funcionário deverá reassumir, imediatamente, o exercício do cargo.

§ 1º - O disposto no “caput” deste artigo não se aplica às licenças previstas nos incisos V e VII do artigo 181, quando em prorrogação.

§ 2º - A infração do disposto no “caput” deste artigo importará em perda total do vencimento ou remuneração correspondente ao período de ausência e, se esta exceder a 30 (trinta) dias, ficará o funcionário sujeito à pena de demissão por abandono de cargo.” (NR);

h) o artigo 185:

“Artigo 185 - As licenças previstas nos incisos I, II e IV do artigo 181 não serão concedidas em prorrogação, cabendo ao

funcionário ou à autoridade competente ingressar, quando for o caso, com um novo pedido.” (NR);

i) o artigo 194:

“Artigo 194 - O funcionário acidentado no exercício de suas atribuições ou que tenha adquirido doença profissional terá direito à licença com vencimento ou remuneração.

Parágrafo único - Considera-se também acidente:

1 - a agressão sofrida e não provocada pelo funcionário, no exercício de suas funções;

2 - a lesão sofrida pelo funcionário, quando em trânsito, no percurso usual para o trabalho.” (NR);

j) o artigo 196:

“Artigo 196 - A comprovação do acidente, indispensável para a concessão da licença, será feita em procedimento próprio, que deverá iniciar-se no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do acidente.

§ 1º - O funcionário deverá requerer a concessão da licença de que trata o “caput” deste artigo junto ao órgão de origem.

§ 2º - Concluído o procedimento de que trata o “caput” deste artigo caberá ao órgão médico oficial a decisão.

§ 3º - O procedimento para a comprovação do acidente de que trata este artigo deverá ser cumprido pelo órgão de origem do funcionário, ainda que não venha a ser objeto de licença.” (NR);

k) o artigo 199:

“Artigo 199 - O funcionário poderá obter licença, por motivo de doença do cônjuge e de parentes até segundo grau.

§ 1º - Provar-se-á a doença em inspeção médica na forma prevista no artigo 193.

§ 2º - A licença de que trata este artigo será concedida com vencimentos ou remuneração até 1 (um) mês e com os seguintes descontos:

1 - de 1/3 (um terço), quando exceder a 1 (um) mês até 3 (três);

2 - 2/3 (dois terços), quando exceder a 3 (três) até 6 (seis);

3 - sem vencimento ou remuneração do sétimo ao vigésimo mês.

§ 3º - Para os efeitos do § 2º deste artigo, serão somadas as licenças concedidas durante o período de 20 (vinte) meses, contado da primeira concessão.” (NR);

III - o artigo 202 da Lei Complementar nº 180, de 12 de outubro de 1978:

“Artigo 202 - Os exames médicos previstos na legislação serão realizados por órgãos ou entidades oficiais, bem como por instituições médicas que mantenham convênios com a administração direta ou indireta, na forma estabelecida em decreto, especialmente para fins de:

I - ingresso no serviço público em cargo efetivo;

II - concessão de licença:

a) para a gestante;

b) para tratamento de saúde, por acidente ou doença profissional e por motivo de doença em pessoa da família;

III - isenções de imposto de renda e descontos previdenciários.

Parágrafo único - Na ausência de órgãos ou entidades oficiais regionalizados ou de instituições conveniadas, fica o Poder Público autorizado a credenciar profissionais para a realização, nos

termos da lei, de perícias e exames médicos, na forma e limites a serem estabelecidos em decreto.” (NR);

IV - o artigo 51 da Lei Complementar nº 207, de 5 de janeiro de 1979, com redação dada pelo artigo 7º da Lei Complementar nº 1.012, de 5 de julho de 2007:

“Artigo 51 - Quando do falecimento do policial civil, ativo ou inativo, será concedido auxílio-funeral, a título de benefício assistencial, de valor correspondente a 1 (um) mês da respectiva remuneração.

§ 1º - O pagamento será efetuado pelo órgão competente, mediante apresentação de atestado de óbito pelas pessoas indicadas no “caput” deste artigo, ou procurador legalmente habilitado, feita a prova de identidade.

§ 2º - No caso de ficar comprovado, por meio de competente apuração, que o óbito do policial civil decorreu de lesões recebidas no exercício de suas funções, o benefício será acrescido do valor correspondente a mais 1 (um) mês da respectiva remuneração, cujo pagamento será efetivado mediante apresentação de alvará judicial.

§ 3º - O pagamento do benefício previsto neste artigo, caso as despesas tenham sido custeadas por terceiros, em virtude da contratação de planos funerários, somente será efetivado mediante apresentação de alvará judicial.” (NR);

V - o artigo 6º da Lei Complementar nº 1.013, de 6 de julho de 2007:

“Artigo 6º - Quando do falecimento do militar do serviço ativo, do agregado percebendo vencimentos, do licenciado, da reserva remunerada ou do reformado, será concedido auxílio-funeral, a título de benefício assistencial, de valor correspondente a 1 (um) mês da respectiva remuneração.

§ 1º - O pagamento será efetuado pelo órgão competente, mediante apresentação de atestado de óbito pelas pessoas indicadas no “caput” deste artigo, ou procurador legalmente habilitado, feita a prova de identidade.

§ 2º - No caso de ficar comprovado, por meio de competente apuração, que o óbito do militar decorreu de lesões recebidas no exercício da função policial, o benefício será acrescido do valor correspondente a mais 1 (um) mês da respectiva remuneração, cujo pagamento será efetivado mediante apresentação de alvará judicial.

§ 3º - O pagamento do benefício previsto neste artigo, caso as despesas tenham sido custeadas por terceiros, em virtude da contratação de planos funerários, somente será efetivado mediante apresentação de alvará judicial.” (NR);

2008: **VI** - da Lei Complementar nº 1.034, de 4 de janeiro de

a) o “caput” do artigo 8º:

“Artigo 8º - O ingresso nas carreiras instituídas pelo artigo 1º desta lei complementar dar-se-á na classe inicial, mediante concurso público, realizado em 3 (três) etapas sucessivas, constituídas, respectivamente, de provas, títulos e curso específico de formação, sendo as 1ª e 3ª etapas em caráter eliminatório e a 2ª etapa classificatória, de acordo com os critérios estabelecidos na instrução especial que rege o concurso.” (NR);

b) o artigo 11:

“Artigo 11 - Durante o período de estágio probatório, o Especialista em Políticas Públicas I e o Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas I não poderão ser afastados ou licenciados do seu cargo, exceto:

I - nas hipóteses previstas nos artigos 6º e 7º desta lei complementar;

II - nas hipóteses previstas nos artigos 69, 72, 75 e 181, incisos I a V, VII e VIII, da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968;

III - para participação em curso específico de formação decorrente de aprovação em concurso público para outro cargo na Administração Pública Estadual;

IV - quando nomeado ou designado para o exercício de cargo em comissão ou função em confiança no âmbito do órgão ou entidade em que estiver lotado;

V - quando nomeado para o exercício de cargo em comissão em órgão diverso da sua lotação de origem; e

VI - nas hipóteses previstas nos artigos 65 e 66 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, somente quando nomeado ou designado para o exercício de cargo em comissão ou função em confiança.

Parágrafo único - Fica suspensa, para efeito de estágio probatório, a contagem de tempo dos períodos de afastamentos referidos neste artigo, excetuadas as hipóteses previstas em seus incisos I e IV, bem como nos artigos 69 e 75 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968.” (NR);

c) o § 2º do artigo 17:

“Artigo 17 -

.....

.....
§ 2º - Poderão ser beneficiados com a promoção até 20% (vinte por cento) do contingente integrante do Nível 2 de cada classe da carreira de Especialista em Políticas Públicas e de Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas, do respectivo Quadro, existente na data de abertura de cada processo.” (NR);

d) o inciso V do artigo 18:

“Artigo 18 -

.....

.....
V - afastamento nos termos dos artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968;” (NR).

VII - da Lei Complementar nº 1.059, de 18 de setembro de 2008:

a) o “caput” do artigo 18:

“Artigo 18 - Ao Agente Fiscal de Rendas que exerça qualquer das funções abrangidas pelo "caput" do artigo 2º desta lei complementar, com exceção da fiscalização direta de tributos, poderá ser atribuído "pro labore", na forma estabelecida pelo Secretário da Fazenda, de valor mensal não excedente a 2.400 (duas mil e quatrocentas) quotas.” (NR);

b) o § 3º do artigo 24:

“Artigo 24 -

.....
.....
§ 3º - Interromper-se-á o interstício quando o servidor estiver afastado de seu cargo para ter exercício em outro cargo, função-atividade ou função de natureza diversa, exceto quando se tratar de:

1 - nomeação para cargo de provimento em comissão na Secretaria da Fazenda;

2 - designação como substituto ou para responder por cargo vago de provimento em comissão na Secretaria da Fazenda;

3 - designação para função de serviço público retribuída mediante “pro labore”, nos termos do artigo 28 da Lei nº 10.168, de 10 de julho de 1968, na Secretaria da Fazenda;

4 - afastamento nos termos do § 1º do artigo 125 da Constituição do Estado;

5 - afastamento, sem prejuízo dos vencimentos, nos termos dos artigos 68 e 69 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968;

6 - afastamento nos termos dos artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968;

7 - afastamento nos termos do inciso XIX do artigo 7º da Constituição Federal; e

8 - afastamento nos termos da Lei Complementar nº 367, de 14 de dezembro de 1984.” (NR).

VIII - da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008:

a) o § 2º do artigo 7º:

“Artigo 7º -

.....

§ 2º - A avaliação será promovida semestralmente pelo órgão setorial de recursos humanos, com base em critérios estabelecidos em decreto.” (NR);

b) o artigo 9º:

“Artigo 9º - Durante o período de estágio probatório, o servidor não poderá ser afastado ou licenciado do seu cargo, exceto:

I - nas hipóteses previstas nos artigos 69, 72, 75 e 181, incisos I a V, VII e VIII, da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968;

II - para participação em curso específico de formação decorrente de aprovação em concurso público para outro cargo na Administração Pública Estadual;

III - quando nomeado ou designado para o exercício de cargo em comissão ou função em confiança no âmbito do órgão ou entidade em que estiver lotado;

IV - quando nomeado para o exercício de cargo em comissão em órgão diverso da sua lotação de origem;

V - nas hipóteses previstas nos artigos 65 e 66 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, somente quando nomeado ou designado para o exercício de cargo em comissão ou função em confiança.

Parágrafo único - Fica suspensa, para efeito de estágio probatório, a contagem de tempo dos períodos de afastamentos referidos neste artigo, excetuadas as hipóteses previstas em seu inciso III, bem como nos artigos 69 e 75 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968.” (NR);

c) o artigo 19:

“Artigo 19 - O servidor que fizer uso da opção prevista no artigo 15, quando nomeado para cargo em comissão ou designado para o exercício de função-atividade em confiança abrangidos por esta lei complementar, fará jus à percepção de gratificação “pro labore”, calculada mediante a aplicação do percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da referência desse cargo ou função-atividade, acrescido do valor da Gratificação Executiva correspondente.” (NR);

d) o artigo 6º das Disposições Transitórias:

“Artigo 6º - O cálculo da pensão mensal devida aos beneficiários dos servidores que eram titulares de cargos de Ascensorista, Delegado Regional, Diretor Técnico de Departamento, Inspetor (Agências) e Técnico de Pessoal, pertencentes aos Quadros Especiais instituídos pelo artigo 7º da Lei nº 10.430, de 16 de dezembro de 1971, pelo inciso I do artigo 1º do Decreto nº 24.960, de 10 de abril de 1986, pelo artigo 3º da Lei nº 6.470, de 15 de junho de 1989, e à Parte Especial do Quadro da ex-autarquia Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, far-se-á, a partir da data da vigência desta lei complementar, respectivamente, com base nas referências correspondentes aos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, Diretor Técnico I, Diretor Técnico III, Chefe I e Analista Administrativo, enquadrados nas Escalas de Vencimentos instituídas pelo artigo 12 desta lei complementar.” (NR).

Artigo 2º - Os dispositivos adiante relacionados ficam acrescentados na seguinte conformidade:

I - o § 6º, com a redação que segue, no artigo 39 da Lei Complementar nº 1.059, de 18 de setembro de 2008:

.....
.....
§ 6º - Para fins de determinação do valor da pensão mensal decorrente do falecimento do Agente Fiscal de Rendas em atividade, aplicar-se-á o disposto nos §§ 1º a 5º deste artigo.”

II - o artigo 2º-A, com a redação que segue, no Capítulo V, Disposições Transitórias, da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008:

“Artigo 2º-A - No primeiro processo de progressão a ser realizado no exercício de 2009, observado o disposto no artigo 23 desta lei complementar, o servidor poderá concorrer a grau imediatamente superior àquele em que foi enquadrado o cargo de que é titular ou a função-atividade de que é ocupante, desde que contasse, em 30 de setembro de 2008, tempo de efetivo exercício superior a 3 (três) anos, no mesmo cargo ou função-atividade, bem como obtenha resultado positivo no processo anual de avaliação.”.

Artigo 3º - As classes de Controlador de Pagamento de Pessoal I a IV e de Controlador de Pagamento de Pessoal Chefe, enquadradas na Escala de Vencimentos - Comissão, de que trata o inciso III do artigo 7º da Lei Complementar nº 700, de 15 de dezembro de 1992, do Quadro da Secretaria da Fazenda e das Autarquias, ficam com as denominações alteradas, respectivamente, para Assistente de Administração e Controle do Erário I a IV e Assistente de Administração e Controle do Erário Chefe.

Parágrafo único - Os títulos dos servidores abrangidos por este artigo serão apostilados pela autoridade competente.

Artigo 4º - A classe de Técnico de Apoio à Arrecadação Tributária, enquadrada na Escala de Vencimentos - Nível Intermediário, de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei Complementar nº 700, de 15 de dezembro de 1992, do Quadro da Secretaria da Fazenda, fica com a denominação alterada para Técnico da Fazenda Estadual - TEFE.

§ 1º - Aos integrantes da classe a que se refere este artigo cabe a prestação de apoio técnico e administrativo às atividades relacionadas à administração fazendária, no âmbito da Secretaria da Fazenda.

§ 2º - Os títulos dos servidores abrangidos por este artigo serão apostilados pela autoridade competente.

Artigo 5º - Os Anexos XIV, XV e XVIII da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008, ficam substituídos, respectivamente, pelos Anexos I, II e III, que fazem parte integrante desta lei complementar.

Artigo 6º - O disposto no artigo 168 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, com a redação dada pelo inciso II do artigo 1º desta lei complementar, aplica-se, no que couber, aos servidores titulares de cargos efetivos da Administração direta e indireta, inclusive autarquias de regime especial, da Defensoria Pública e seus membros, da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Contas e seus membros, do Poder Judiciário e seus membros e do Ministério Público e seus membros.

Artigo 7º - Os recursos arrecadados nos termos do artigo 1º da Lei Complementar nº 954, de 31 de dezembro de 2003, dos servidores que recebem complementação de aposentadoria e pensão, serão classificados como receitas no orçamento do Estado, destinados ao custeio dos respectivos benefícios.

Artigo 8º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei complementar correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Artigo 9º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, em relação ao inciso VIII do artigo 1º, ao artigo 2º e ao artigo 5º, a 1º de outubro de 2008, e, em relação ao artigo 7º, a 1º de outubro de 2007, ficando revogados:

I - os artigos 186, 188 e 189 da Lei nº. 10.261, e 28 de outubro de 1968;

II - a Lei Complementar nº 157, de 13 de julho de 1977.

de 2010. **Palácio dos Bandeirantes, aos** **de**

José Serra

ANEXO I

a que se refere o artigo 5º da Lei Complementar nº , de de de 2010

LC nº 674/92

DENOMINAÇÃO	COEFICIENTE
Agente de Saneamento	0,32
Agente de Saúde	0,32
Agente Regional de Saúde Pública	0,54
Agente Técnico de Saúde	0,32
Ajudante de Laboratório	0,23
Assistente Social	0,54
Assistente Social Chefe	0,54
Assistente Social Encarregado	0,54
Assistente Social Encarregado de Turno	0,54
Assistente Técnico de Coordenador de Saúde	15,60
Assistente Técnico de Planejamento de Ações de Saúde I	4,91
Assistente Técnico de Planejamento de Ações de Saúde II	8,91
Assistente Técnico de Planejamento de Ações de Saúde III	12,48
Assistente Técnico de Saúde I	4,91
Assistente Técnico de Saúde II	8,91
Assistente Técnico de Saúde III	12,48
Assistente Técnico de Vigilância Epidemiológica I	4,91
Assistente Técnico de Vigilância Epidemiológica II	8,91
Assistente Técnico de Vigilância Epidemiológica III	12,48
Assistente Técnico de Vigilância Sanitária I	4,91
Assistente Técnico de Vigilância Sanitária II	8,91
Assistente Técnico de Vigilância Sanitária III	12,48
Atendente	0,23
Atendente de Consultório Dentário	0,23
Atendente de Enfermagem	0,23
Atendente de Nutrição	0,23
Auxiliar de Análises Clínicas	0,32
Auxiliar de Enfermagem	0,32
Auxiliar de Enfermagem do Trabalho	0,32
Auxiliar de Laboratório	0,23
Auxiliar de Lavanderia e Rouparia Hospitalar	0,23
Auxiliar de Radiologia	0,23
Auxiliar de Serviços de Saúde	0,23
Auxiliar Técnico de Saúde	0,32
Biologista	0,54
Biologista Chefe	0,54
Biologista Encarregado	0,54
Biologista Encarregado de Turno	0,54
Biologista Supervisor	0,67
Biólogo	0,54
Biólogo Chefe	0,54
Biomédico	0,54
Chefe de Seção de Saúde	0,54
Chefe de Seção Técnica de Saúde	0,54
Cirurgião Dentista	0,54
Cirurgião Dentista Sanitarista Inspetor	0,67
Citotécnico	0,32
Coordenador de Saúde	26,73
Cozinheiro Hospitalar	0,23
Desinsetizador	0,32
Diretor de Escola de Auxiliar de Enfermagem	10,25
Diretor Técnico de Departamento de Saúde	17,82
Diretor Técnico de Divisão de Saúde	10,25

Diretor Técnico de Serviço de Saúde	7,13
Educador de Saúde Pública	0,54
Educador de Saúde Pública Chefe	0,54
Educador de Saúde Pública Encarregado	0,54
Educador Inspetor de Saúde Pública	0,67
Educador Regional de Saúde Pública	0,54
Encarregado de Setor de Saúde	0,32
Encarregado de Setor Técnico de Saúde	0,54
Encarregado de Turma de Desinsetização	0,32
Encarregado de Turno de Saúde	0,32
Enfermeiro	0,54
Enfermeiro Chefe	0,54
Enfermeiro do Trabalho	0,54
Enfermeiro Encarregado	0,54
Enfermeiro Encarregado de Turno	0,54
Enfermeiro Inspetor de Saúde Pública	0,67
Enfermeiro Regional de Saúde Pública	0,54
Engenheiro Sanitarista Assistente	0,67
Farmacêutico	0,54
Farmacêutico Chefe	0,54
Farmacêutico Encarregado	0,54
Fiscal Sanitário	0,23
Físico	0,54
Físico Chefe	0,54
Físico encarregado	0,54
Físico Supervisor	0,67
Fisioterapeuta	0,54
Fisioterapeuta Chefe	0,54
Fisioterapeuta Encarregado	0,54
Fonoaudiólogo	0,54
Fonoaudiólogo Chefe	0,54
Histoquímico	0,54
Mecânico Aparelho Precisão	0,23
Médico	0,54
Médico Inspetor	0,67
Médico Sanitarista	0,54
Médico Veterinário	0,54
Médico Veterinário Chefe	0,54
Médico Veterinário Encarregado	0,54
Médico Veterinário Supervisor	0,67
Motorista de Ambulância	0,32
Motorista de Barco	0,23
Nutricionista	0,54
Nutricionista Chefe	0,54
Nutricionista Encarregado	0,54
Nutricionista Encarregado de Turno	0,54
Nutricionista Inspetor	0,67
Oficial de Atendimento de Saúde	0,32
Operador de Equipamento Hospitalar	0,32
Psicólogo	0,54
Psicólogo Chefe	0,54
Psicólogo Encarregado	0,54
Psicólogo Supervisor	0,67
Químico	0,54
Químico Chefe	0,54
Químico Encarregado	0,54
Serviçal de Laboratório	0,23
Supervisor de Área Hospitalar	0,54
Supervisor de Divisão Hospitalar	10,25
Supervisor de Equipe Técnica de Saúde	0,67

Supervisor de Saneamento	0,54
Supervisor de Seção Hospitalar	0,67
Supervisor de Serviço Hospitalar	7,13
Supervisor de Setor Hospitalar	0,67
Técnico de Aparelhos de Precisão	0,32
Técnico de Aparelhos Eletrônicos Médico-Hospitalares	0,32
Técnico de Enfermagem	0,32
Técnico de Higiene Dental	0,32
Técnico de Laboratório	0,32
Técnico de Ortóptica	0,54
Técnico de Radiologia	0,32
Técnico de Reabilitação Física	0,54
Técnico de Saúde Coletiva	0,32
Técnico Químico	0,32
Terapeuta Ocupacional	0,54
Terapeuta Ocupacional Chefe	0,54
Terapeuta Ocupacional Encarregado	0,54
Visitador Comunitário	0,32
Visitador Sanitário	0,32

ANEXO II

a que se refere o artigo 5º da Lei Complementar nº , de de de 2010

LC nº 700/92

DENOMINAÇÃO	COEFICIENTE
Contador	0,54
Julgador Tributário	0,54
Auxiliar Administrativo Fazendário	0,32
Assistente de Administração e Controle do Erário I	0,32
Assistente de Administração e Controle do Erário II	0,32
Assistente de Administração e Controle do Erário III	0,32
Assistente de Administração e Controle do Erário IV	0,32
Agente de Análise Contábil	0,41
Assistente de Administração e Controle do Erário Chefe	0,41
Analista Contábil	0,67
Analista Contábil Inspetor	0,67
Analista Contábil Supervisor	0,67
Analista de Planejamento Financeiro	0,67
Analista Para Despesa de Pessoal	0,67
Analista Técnico da Fazenda Estadual	0,67
Auditor	0,67
Chefe de Seção Técnica da Fazenda Estadual	0,67
Contador Chefe	0,67
Contador Encarregado	0,67
Supervisor de Equipe Técnica da Fazenda Estadual	0,67
Diretor de Serviço da Fazenda Estadual	4,46
Assistente de Planejamento Financeiro I	4,91
Assistente Técnico da Fazenda Estadual I	4,91
Diretor de Divisão da Fazenda Estadual	7,13
Diretor Técnico de Serviço Contábil	7,13
Diretor Técnico de Serviço da Fazenda Estadual	7,13
Assistente de Planejamento Financeiro II	8,91
Assistente Técnico da Fazenda Estadual II	8,91
Diretor Técnico de Divisão Contábil	10,25
Diretor Técnico de Divisão da Fazenda Estadual	10,25
Assistente de Planejamento Financeiro III	12,48
Assistente Técnico da Fazenda Estadual III	12,48
Assistente Técnico de Coordenador da Fazenda Estadual	15,60
Contador Geral da Fazenda Estadual	17,82
Diretor Técnico de Departamento da Fazenda Estadual	17,82
Coordenador da Fazenda Estadual	26,73
Técnico da Fazenda Estadual	0,32

ANEXO III

a que se refere o artigo 5º da Lei Complementar nº , de de de 2010

DENOMINAÇÃO DE CLASSES	GRUPO
Analista Administrativo	IV
Analista de Tecnologia	IV
Analista Sociocultural	IV
Assessor Técnico de Gabinete	V
Assistente de Gabinete I	II
Assistente de Gabinete II	II
Assistente I	II
Assistente Técnico de Gabinete I	V
Assistente Técnico de Gabinete II	V
Assistente Técnico II	V
Assistente Técnico III	V
Assistente Técnico IV	V
Assistente Técnico V	V
Auxiliar de Serviços Gerais	I
Chefe I	III
Chefe II	IV
Chefe de Gabinete	V
Coordenador da Fazenda Estadual	V
Diretor I	V
Diretor II	V
Diretor III	V
Diretor Técnico I	V
Diretor Técnico II	V
Diretor Técnico III	V
Diretor Técnico de Divisão de Saúde	V
Encarregado I	II
Executivo Público	V
Oficial Administrativo	II
Oficial Operacional	II
Secretário Geral da Junta Comercial	V
Presidente da Junta Comercial	V